



Plenário aprova cláusula de barreira em primeiro turno



Jonas Pereira/Agência Senado

Objetivo da medida é limitar o número de partidos no país, atualmente 35. Proposta também estabelece o fim das coligações nas eleições proporcionais

Por 58 votos a favor e 13 contra, os senadores aprovaram ontem, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição que trata da reforma política. A PEC cria cláusula de barreira para os partidos políticos e acaba com as coligações nas eleições para vereadores e deputados.

Alguns senadores pro-

testaram porque as regras previstas no texto poderão afetar partidos tradicionais, como PV, PSOL, PCdoB e PPS. Nas eleições de 2018, a cláusula de barreira será aplicada aos partidos que não obtiverem, no mínimo, 2% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados.

A PEC ainda terá de ser votada em segundo turno pelos senadores. **3**

Votação no Plenário do Senado: senadores ressaltaram a necessidade de aperfeiçoar o sistema político-eleitoral

Salários acima do teto vão ser avaliados **3**

Vítima de violência sexual poderá ter mais apoio no SUS **7**

Seminário abordará presença da mulher na política **2**

Avança projeto que incentiva qualificar funcionários **6**

Comissão aprova modernização da Lei de Licitações **8**

PEC que limita gastos passa na Comissão de Constituição e Justiça

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem a PEC que limita os gastos do governo por 20 anos. O relator, Eunício Oliveira, não aceitou nenhuma das 59 emendas dos senadores e, assim, o texto foi aprovado como veio da Câmara. Senadores da oposição

tentaram alterar a proposta, mas não tiveram sucesso. Uma das sugestões era submeter a PEC a uma consulta popular antes que a medida entrasse em vigor. A PEC agora segue ao Plenário e, para ser aprovada, precisa passar por dois turnos de votação. **5**



Ao lado de José Maranhão, Eunício apresenta relatório, que foi aprovado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Na comissão mista, estudantes e professores protestam contra medida

Professores e alunos rejeitam reforma do ensino médio proposta pelo governo

A MP da reforma do ensino médio foi tema de duas audiências no Senado ontem. Na comissão mista que analisa a medida provisória, professores e estudantes pediram

que o governo federal retire a proposta, que consideram um retrocesso. Na Comissão de Educação, representantes do MEC e de secretários estaduais defenderam as mudanças. **4**

Legalização de jogos de azar segue para votação em Plenário



Jefferson Rudy/Agência Senado

País perde recursos ao não regular jogos de azar, afirma Bezerra

O projeto que amplia o leque de jogos de azar permitidos no país vai agora ser votado pelo Plenário do Senado. Aprovado ontem na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, o texto define quais jogos poderão ser explorados, cria critérios para a autorização da atividade e estipula regras para distribuição de prêmios e arrecadação de tributos.

De autoria de Ciro Nogueira, o projeto recebeu substitutivo de Fernando Bezerra Coelho. Eles argumentam que a atividade pode ajudar a movimentar a economia, criando empregos, incentivando o turismo e gerando recursos para o governo. **8**

Vai a sanção MP que transfere custos do Fies

A medida provisória que transfere do governo para as universidades privadas a obrigação de remunerar os bancos pelos custos do Fies foi aprovada ontem pelo Plenário. A estimativa é de que a medida proporcione a partir de 2017 economia de R\$ 400 milhões para os cofres federais, se mantidos os 731 mil contratos atuais. **3**

Renan: Trump não dificultará relação com Brasil

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a vitória de Donald Trump nas eleições para a Presidência dos Estados Unidos não provocará problemas nas relações com o Brasil. Renan lembrou que as relações com a América Latina nem sequer chegaram a aparecer nos debates eleitorais. **2**

Seminário discutirá redução da desigualdade de gênero

Evento organizado pela bancada feminina no Congresso contará com a presença de convidados estrangeiros e abordará, entre outras questões, formas de elevar participação da mulher na política

A BANCADA FEMININA no Congresso Nacional fará um seminário internacional de 13 a 15 de dezembro, no Senado, sobre formas de diminuir a distância que separa as mulheres dos homens na política, na economia e na sociedade em geral.

O seminário “Mulheres no Poder: diálogos sobre empoderamento político, econômico e social” fornecerá os subsídios para que a bancada feminina envie aos líderes dos Legislativos federal, estaduais e municipais um documento a favor dos direitos das mulheres.

Haverá quatro painéis. O primeiro será sobre os observatórios de violência contra as mulheres que existem em Portugal, no Peru, na Espanha e no México. O segundo discutirá a presença das mulheres no Poder Legislativo.

O terceiro painel abordará experiências de empresas que respeitam a igualdade de gênero no trabalho. No quarto, será debatido o protagonismo feminino nos movimentos organizados, como o dos negros, os sindicalistas e o dos estudantes.

— É fundamental mobilizar mulheres de todo o país para participar do seminário e trazer experiências dos estados para fomentar o debate — disse a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher do Senado, num café da manhã realizado ontem em seu gabinete com a participação da bancada feminina.

Cotas

Vanessa participou neste mês como observadora das eleições na Nicarágua, país que ocupa o 13º lugar no



Participam do café da manhã Regina, Vanessa, Ilana, Simone e Ana Perugini

ranking mundial da participação política de mulheres, muito à frente do Brasil, na 154ª posição.

A deputada Ana Perugini (PT-SP), coordenadora-geral da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres, defendeu a necessidade de se abordar no seminário “a questão de que a desigualdade entre homens e mulheres é imprescindível à sustentação da estrutura econômica, que não oferece a mesma oportunidade a todos”.

A deputada participou há duas semanas da 13ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, em Montevideu. No encontro, foi aprovado um plano estratégico para alcançar a igualdade de gênero na região até 2030.

Durante o café, a bancada feminina recebeu o grupo Mulheres do Brasil, que defende a aprovação do PLS 112/2010, que define cotas de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

Integrante do grupo, Maria Luiza Bueno explicou que é importante aprovar o projeto que tramita para que se

corrijam “distorções na ascensão feminina aos cargos executivos”.

Também participaram do café da manhã de ontem as senadoras Simone Tebet (PMDB-MS), Regina Sousa (PT-PI), Lídice da Mata (PSB-BA), Ângela Portela (PT-RR), Fátima Bezerra (PT-RN) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, e o coordenador-geral de Operações do Banco Mundial no Brasil, Boris Utria.

ONU Mulheres

Fazem parte da organização do seminário o Senado (por meio da Procuradoria Especial da Mulher e do Observatório de Violência contra a Mulher), a Câmara dos Deputados (por meio da Secretaria da Mulher, da Procuradoria da Mulher e da Frente Parlamentar em Defesa da Mulher), a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, o governo do Distrito Federal (por meio da Secretaria-Adjunta de Políticas para as Mulheres), o Banco Mundial, a ONU Mulheres, o grupo Mulheres do Brasil, a Avon e a Maurício de Sousa Produções.

— Quando se trata de combater à violência contra a mulher, não podemos perder tempo. Nossas mulheres estão sendo assassinadas, violentadas, agredidas. Não podemos mais perder nossas mulheres.

A senadora Regina Sousa (PT-PI) lembrou que os programas devem incluir os homens:

— Perdemos muito em discutir as coisas só entre nós, mulheres. Precisamos trazer os homens para o debate. Há experiências boas de reeducação do agressor. Nos preocupamos muito com a mulher, e para o agressor é a prisão e pronto. E quando ele sair? Vai ser agres-

sor na vida, de novo.

Lançada neste ano, a Ronda Maria da Penha já atendeu mais de 400 mulheres.

— Elas conseguem enxergar uma rede de atendimento, esses serviços que a gente faz para que a mulher se sinta segura de fato — disse a major Denice do Rosário, chefe do programa.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) informou que quer apresentar o nome da major Denice do Rosário para o Prêmio Bertha Lutz. A premiação do Senado reconhece as mulheres com atuação relevante na defesa dos direitos femininos.

Congresso conhece ação da Bahia que protege mulheres

A Ronda Maria da Penha, programa do governo de Bahia, foi tema ontem de uma audiência pública da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

O programa, que conta com a participação da Defensoria Pública, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, tem como objetivo qualificar e orientar policiais que atuam em ocorrências com mulheres vítimas de violência.

A deputada Moema Gramacho (PT-BA), prefeita eleita de Lauro de Freitas (BA), quer que o programa seja ampliado para todo o país.

Vitória de Trump não afetará relações EUA-Brasil, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a eleição de Donald Trump para presidente americano não deve trazer grandes mudanças nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

— Em primeiro lugar, eu o cumprimento pela vitória. Em segundo lugar, não acredito que vá haver alguma dificuldade nas relações institucionais do Brasil com

os EUA. Basta observar que a América Latina não foi sequer tema das discussões na campanha presidencial.

Segundo Renan, é importante que o Brasil mantenha as relações mais qualificadas com os EUA para viabilizar o crescimento brasileiro.

O presidente do Senado informou que a discussão da reforma da Previdência deve ter início em março.

Randolfe apresenta parecer pelo fim do foro privilegiado

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) leu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seu relatório favorável à PEC 10/2013, que estabelece o fim do foro por prerrogativa de função no julgamento de crime comum praticado por autoridade. A proposta é de Alvaro Dias (PV-PR).

Segundo Randolfe, países considerados democracias exemplares não têm foro privilegiado e tal prerrogativa é “anacrônica, imoral e despropositada”.

O presidente da CCJ concedeu vista coletiva para que os senadores façam uma análise do parecer antes da votação.



A senadora Ana Amélia (PP-RS), presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, recebe delegação de parlamentares da Ucrânia. No encontro, foram discutidas formas de incrementar o comércio entre os dois países. Ana Amélia lembrou que o Brasil tem laços fortes com a Ucrânia, especialmente o Paraná, que tem muitos habitantes com sangue ucraniano.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CRA Transgênicos

8h Votação do PLC 9/2015, que proíbe a soltura de organismos transgênicos em rios.

CMO Justiça do Trabalho

9h30 Votação da MP 740/2016, que abre crédito para a Justiça do Trabalho.

CRE Sabatina de diplomatas

10h Sabatina de embaixadores para Paraguai, Eslováquia e São Tomé e Príncipe.

TETO SALARIAL Instalação

11h Instalação de comissão que avaliará remuneração acima do teto no funcionalismo.

PRESIDÊNCIA Reunião de líderes

11h Instalação de comissão que avaliará remunerações do serviço público. Às 14h30, evento no Ministério da Integração. Às 15h, reunião de líderes.

PLENÁRIO Aviação regional

11h Na pauta, requerimento ao TCU sobre programa de aviação regional.

CDH Universidade inclusiva

15h Audiência sobre o papel dos trabalhadores em educação na construção de uma universidade inclusiva na América Latina.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

A proposta, que ainda precisa ser aprovada em segundo turno, acaba com coligações partidárias nas eleições proporcionais e cria cláusula de barreira para partidos políticos

Senado aprova reforma política em 1º turno

OS SENADORES APROVARAM ontem, em primeiro turno, com 58 votos favoráveis e 13 contrários, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 36/2016, que acaba com as coligações partidárias nas eleições proporcionais (vereadores e deputados) e cria cláusula de barreira para os partidos políticos. O objetivo é diminuir o número de legendas partidárias no país.

A PEC ainda terá de ser votada em segundo turno pelos senadores antes de ser enviada para a Câmara, o que deve ocorrer até o fim do mês.

Dos senadores do PSDB Ricardo Ferraço (ES) e Aécio Neves (MG), a PEC 36/2016 foi aprovada na forma de substitutivo do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Segundo o texto, as coligações partidárias nas eleições para vereador e deputado serão extintas em 2020. Atualmente, os partidos podem fazer coligações, de modo que as votações das legendas coligadas são somadas e consideradas como um grupo único como base de cálculo para a distribuição de cadeiras no Legislativo.

Quando à cláusula de barreira (ou cláusula de desempenho), a PEC cria a categoria dos partidos com “funcionamento parlamentar”, que terão acesso a Fundo Partidário,

tempo de rádio e televisão e estrutura funcional própria no Congresso. Nas eleições de 2018, as restrições previstas serão aplicadas aos partidos que não obtiverem, para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% de todos os votos válidos, distribuídos em, pelo menos, 14 unidades da Federação, com mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma.

Políticos que se elegerem por partidos que não tenham sido capazes de superar a barreira de votos terão asseguradas todas as garantias do mandato e podem mudar de legenda sem penalização.

A proposta também trata da fidelidade partidária ao prever a perda de mandato dos políticos eleitos que se desliguem dos partidos pelos quais disputaram os pleitos. A medida se estende aos vices e suplentes dos titulares eleitos.

As únicas exceções dizem respeito à desfiliação em caso de mudança no programa partidário ou perseguição política.

Federação partidária

A PEC cria a figura da federação de partidos, que passam a funcionar como um bloco. O entendimento é de que a federação supera o obstáculo contra o fim das coligações e da cláusula de desempenho, sem criar dificuldades, entre-

tanto, para os candidatos e partidos de menor representação parlamentar.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) propôs destaque para diminuir os percentuais da cláusula de barreira, derrubado pelo Plenário. Segundo os senadores que apoiaram a alteração, as regras previstas no substitutivo poderão reduzir pela metade o número de partidos, atualmente 35, reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas poderão atingir legendas tradicionais, como PV, PSOL, PCdoB, Pros e PPS. Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), esses partidos “não são legendas de aluguel, como as que negociam tempo de TV”.

Aécio Neves disse que a cláusula de barreira vai ajudar o país a não ter mais partidos regionais. Em relação aos percentuais, ele sugeriu que mudanças poderão ser negociadas quando a proposta for analisada na Câmara.

Lúcia Vânia (PSB-GO) ressaltou a necessidade de o sistema político ser reformulado. Ela lembrou que as eleições municipais deste ano registraram índices recordes de abstenção. Segundo ela, mais 20 partidos estão sendo criados. Para ela, a diminuição do número de partidos vai reduzir e racionalizar gastos.

Entenda as mudanças

Coligações



Ficam extintas as coligações nas eleições proporcionais a partir de 2020. Coligações nas eleições para cargos majoritários (presidente, governadores, senadores e prefeitos) continuam sendo permitidas.

Cláusulas de barreira



Estabelece cláusulas de barreira para os partidos políticos. Só poderão ter funcionamento parlamentar os partidos que:

- 1) a partir das eleições de 2018: alcancem mínimo de 2% dos votos válidos distribuídos em pelo menos 14 estados, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada um.
- 2) a partir das eleições de 2022: obtiverem um mínimo de 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 14 unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas.

Funcionamento parlamentar



Somente os partidos com funcionamento parlamentar terão direito a:

- 1) participação nos recursos do Fundo Partidário;
- 2) acesso gratuito a tempo de rádio e televisão;
- 3) uso da estrutura funcional oferecida pelas Casas legislativas.

Direitos dos eleitos



Os eleitos por partidos que não alcancem o funcionamento parlamentar têm assegurado o direito de participar de todos os atos inerentes ao exercício do mandato. Além disso, podem se filiar a outro partido sem risco de perda de mandato. A filiação, no entanto, não será considerada para efeitos de Fundo Partidário e acesso a tempo de rádio e TV.

Fidelidade partidária



Cria regras para fortalecer a fidelidade aos partidos:

- 1) Prefeitos e vereadores eleitos em 2016, bem como deputados, senadores, governadores e presidente da República eleitos a partir de 2018, que se desfiliam dos partidos que os elegeram, perderão o mandato, ressalvadas exceções previstas na PEC.
- 2) Vice-prefeitos, vice-governadores e vice-presidente que se desfiliam dos partidos pelos quais concorreram não poderão suceder os titulares de chapa assumindo a titularidade definitiva do cargo.
- 3) Perderão a condição de suplentes de vereador, de deputado, de senador aqueles que se desfiliam dos partidos pelos quais concorreram, considerada a regra citada no item acima.

Federação de partidos



Os partidos políticos com afinidade ideológica e programática poderão se unir em federações, que terão os mesmos direitos das agremiações nas atribuições regimentais nas Casas legislativas e deverão atuar com identidade política única, resguardada a autonomia estatutária das legendas que a compõem.

Faculdade agora terá responsabilidade financeira no Fies

Foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado a Medida Provisória (MP) 741/2016, que transfere do governo federal para as universidades privadas a obrigação de remunerar os bancos pelos custos decorrentes da concessão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

A MP, que havia sido aprovada na Câmara dos Deputados na terça-feira, agora vai para a sanção presidencial.

De acordo com a lei que criou o Fies, os bancos devem ter uma remuneração correspondente a 2% do valor dos encargos educacionais liberados.

Com a mudança aprovada ontem, a intenção do governo é aperfeiçoar o financiamento estudantil a partir de uma maior participação das universidades beneficiadas.

Antes da edição da medida provisória, os bancos eram remunerados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE), o que deixará de ocorrer. Para o Executivo, a criação de um modelo de financiamento estudantil com mais participação das faculdades beneficiadas no custeio do programa vai fortalecer o Fies.

Ministro da Educação

Ainda ontem, mais cedo, o ministro da Educação, Mendonça Filho, pediu urgência na aprovação da medida provisória, que vencerá amanhã.

Em visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o ministro afirmou que o governo estima que a mudança trará a partir de 2017 — se mantido o atual número de contratos (731 mil) —

uma economia anual de até R\$ 400 milhões para os cofres públicos.

O relator da medida provisória, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), elogiou a iniciativa do governo e acrescentou que os recursos poupados poderão ser revertidos em favor de outras ações educacionais.

Segundo o senador, o Fies já é o item de maior desembolso federal em educação, representando 15% de toda a despesa da União na área. Em 2015, o investimento foi de R\$ 17,8 bilhões e a previsão para este ano é de R\$ 18,7 bilhões.

— É uma medida de suma importância para o nosso país. Além da economia, vai proporcionar a possibilidade de financiamento de novas matrículas — declarou Ataídes.

Nova comissão analisará salários acima do teto nos três Poderes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que será criada hoje comissão para analisar situações de servidores públicos que recebem acima do teto remuneratório de R\$ 33.763. A comissão será presidida por Otto Alencar (PSD-BA). A relatora será Kátia Abreu (PMDB-TO).

Renan fez referência a notícias de pagamentos de até R\$ 200 mil por mês a servidores. Segundo ele, esses casos são absurdos, especialmente num momento em que se discutem propostas como a reforma da Previdência. Ele lembrou que, em 2013, o Senado determinou a aplicação do teto a todos os seus servidores.

A comissão, que, segundo Renan, apresentará relatório em 20 dias, também exa-

minará a desvinculação da remuneração de membros do Judiciário ao teto, que corresponde ao vencimento de ministro do Supremo.

Vários senadores apoiaram a iniciativa. Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) afirmou que o Senado não poderia votar a PEC do Teto de Gastos e ser omissos em relação ao pagamento de salários exorbitantes nos três Poderes. Kátia Abreu disse que atuará com “transparência e tranquilidade”.

Já foram anunciados como integrantes da comissão Roberto Requião (PMDB-PR), Reguffe (sem partido-DF), Lasier Martins (PDT-RS), José Pimentel (PT-CE) e Magno Malta (PR-ES). Os líderes partidários poderão indicar outros membros até hoje.

Confirmados conselheiro no CNJ e representante do Brasil na FAO

Os senadores aprovaram no Plenário a indicação do advogado Henrique de Almeida Ávila para membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a do diplomata João Carlos de Souza-Gomes para representante permanente do Brasil na

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Ávila, que ocupará a vaga reservada ao Senado no CNJ, é professor de direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Em sabatina, Souza-Gomes destacou 11 projetos desenvolvidos pela FAO em coordenação com cinco ministérios do Brasil. A FAO tem por missão ajudar os países a eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade

agrícola e elevar o nível de vida da população rural. Souza-Gomes, que ficará em Roma, também representará o Brasil no Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola e no Programa Mundial de Alimentos.

Na comissão mista que analisa a medida provisória, professores e estudantes pediram a retirada, pelo governo federal, da proposta, a qual consideraram retrocesso

Audiência expõe rejeição à MP do ensino médio

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem, representantes de entidades de professores e estudantes pediram que o governo federal retire a medida provisória que reestrutura o ensino médio (MP 746/2016). Na comissão mista que analisa a MP, eles consideraram a proposta um “retrocesso” e disseram que ela não aborda os verdadeiros problemas do ensino.

A presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, Iria Brzezinski, disse que o projeto nasce de uma “atitude autoritária” ao ser apresentada por MP e despreza o conhecimento já acumulado ao longo de anos de debates sobre o assunto para impor um modelo pronto:

— A reforma do ensino médio configura um retrocesso de décadas ao instituir, sob o argumento da flexibilização, um aligeiramento e uma precarização desse nível de ensino.

Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, disse que enxerga no projeto uma série de medidas que podem acarretar no futuro uma onda de privatizações do ensino médio. Para ele, isso seria ineficiente e excludente.

— Em nenhum lugar do mundo a privatização do ensino funcionou. A educação tem que ser um direito e um bem público, com oferta e controle social do Estado.

Monica Ribeiro da Silva, do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, criticou a proposta constante da MP que reduziria o número de disciplinas obrigatórias para dar lugar a módulos temáticos pelos quais os estudantes optariam. Ela apontou que a proposta não leva em consideração as

expectativas curriculares dos estudantes e, ao fazer muitas imposições às escolas sem dar as condições para que elas as cumpram, contribui para criar um “fosso” de desigualdades.

Antes de promover mudanças estruturais no currículo, é preciso corrigir as deficiências que existem no cumprimento do modelo atual, como a formação dos professores, completou Iria Brzezinski.

Olavo Nogueira Filho, do movimento Todos Pela Educação, destacou a necessidade da preservação da “coerência” programática entre os estados, apesar da diversificação e flexibilização da oferta curricular.

O modelo de ensino integral proposto também foi criticado pelos debatedores, pois seria apenas extensão de horas a mais na escola, sem atividades significativas de aprendizagem.

Conflito

A presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Carina Vitral, cobrou dos parlamentares mais abertura para diálogo com o corpo estudantil. Ela exaltou as ocupações de mais de mil escolas e universidades e disse que isso demonstra vontade e poder de mobilização dos estudantes.

— Só queremos o direito de contribuir com a reforma. Somos os maiores interessados.

Carina relatou que um grupo de estudantes havia sido tratado com violência por policiais na entrada do Senado. A participação da UNE e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubess) chegou a ser suspensa pela Presidência do Senado até que a situação se acalmasse. Ao final, as entidades participaram da audiência.

Mesmo com limitação, proposta de reforma é um avanço, diz Simone

A medida provisória que reforma o ensino médio é limitada, pois não resolve problemas graves da educação nem aumenta investimentos no setor, disse Simone Tebet (PMDB-MS) em discurso. Apesar disso, a MP 746/2016 trata de tema relevante e urgente e é um avanço, avaliou a senadora. Ela destacou mudanças como



o ensino em tempo integral e a possibilidade de o aluno optar por disciplinas.

— Treze disciplinas num ano é uma insanidade pedagógica. Fingimos que ensinamos e os jovens fingem que aprendem. Não conheço lugar nenhum no mundo que tenha 13 disciplinas no ano com só quatro horas diárias.



Para participantes do debate na comissão mista, medida do governo não aborda verdadeiros problemas do ensino

Medida opõe governo e setor educacional

A MP do ensino médio também foi debatida na Comissão de Educação (CE) ontem. Representantes de entidades ligadas ao setor afirmaram que a medida deve ser analisada em conjunto com a PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016) no que tange ao impacto na área educacional.

Para Marta Vanelli, do Fórum Nacional da Educação (FNE), se o governo federal tivesse a intenção de fazer a reforma do ensino médio ouvindo os educadores, estudantes e pais, bastaria priorizar o projeto em tramitação na Câmara dos Deputados e que tem o mesmo objetivo (PL 6.840/2013). A opção de fazer a reforma por MP se deu porque o governo sabe que a proposta seria rejeitada num debate mais democrático, afirmou. Ela também disse que o governo está boicotando o fórum, que se manifestou publicamente contra a MP.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que também faz parte do fórum, lamentou o alegado boicote ao FNE. Ela citou estudo da consultora Mariza de Abreu, da Câmara dos Deputados, que prevê que a instauração do ensino de tempo integral, um dos objetivos anunciados pela MP, terá um custo de R\$ 1,5 bilhão apenas em seus dois primeiros anos. Algo que entende incompatível com a PEC 55/2016, que prioriza o congelamento dos gastos.

A MP 746/2016 e os impac-

tos do Teto de Gastos sobre a educação também foram criticadas por Dante Henrique, do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio.

Ele citou um estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) segundo o qual, se o teto de gastos concebido agora pelo governo estivesse em vigor desde 2002, a área da saúde teria recebido R\$ 300 bilhões a menos e a educação teria perdido R\$ 377 bilhões. Para Henrique, as duas propostas revogam os objetivos do Plano Nacional de Educação e o próprio pacto social consolidado a partir da Constituição de 1988.

Modelo “falido”

A reforma proposta pelo governo foi defendida pelo presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), Frederico Amancio, e pelo secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Rossieli Soares. Eles

falaram no início da sessão e não puderam acompanhar a maior parte da reunião devido a compromissos.

Amancio afirmou que grandes pontos da MP já vinham sendo discutidos pelo MEC durante a gestão de Dilma Rousseff e buscam substituir um modelo “falido, que comprovadamente não tem como dar mais resultados”. Disse que a filosofia que rege a reforma busca tornar o ensino mais atraente aos jovens.

Ele citou dados recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que, no seu entender, comprovam a estagnação do atual modelo. Os incentivos à flexibilização curricular e ao ensino integral presentes na reforma poderão reverter esse quadro, argumentou.

Provocado por Fátima Bezerra, o representante do MEC defendeu a realização da reforma antes da definição da nova Base Nacional Comum Curricular, afirmando que “a arquitetura deve vir antes do conteúdo”.



Senadora Fátima Bezerra (3ª à dir.) conduz debate na Comissão de Educação

Comissões analisarão MPs de mobilidade urbana e socorro a estados

Foi instalada ontem a comissão mista da medida provisória que aumenta de três para sete anos o prazo para os municípios elaborarem e implantarem o Plano de Mobilidade Urbana, lançado em 2012 (MP 748/2016). O deputado Julio Lopes (PP-RJ) foi eleito presidente da comissão e o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o relator.

O prazo para a execução dos planos findou em abril de 2015. Trata-se de uma exigência da lei que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Com a MP, as cidades terão até abril de 2019 para elaborar os projetos. Inadimplentes ficarão impedidos de receber recursos federais nessa área.

Também ontem foi instalada a co-

missão que analisará a MP 749/2016, que foi editada por Michel Temer em outubro e determina que a União transferirá R\$ 1,95 bilhão aos estados até o último dia útil do exercício financeiro de 2016 para fomentar as exportações do país. É uma forma de ajuda aos governadores e prefeitos que reclamam de dificuldades financeiras até para

pagamento de pessoal.

A comissão mista será presidida pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e terá relatoria do deputado João Carlos Bacelar (PR-BA).

Depois de analisadas pelas comissões, as MPs são votadas pelos Plenários da Câmara e do Senado em até 45 dias.

Teto de gastos passa em votação e vai a Plenário

Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem parecer sobre proposta que limita despesas federais por 20 anos. O relator rejeitou 59 emendas de senadores e sugestão de referendo sobre a PEC

A FIXAÇÃO DE um teto para as despesas da União por 20 anos foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A Proposta de Emenda à Constituição 55/2016, do Executivo, segue agora para o Plenário, onde será votada em dois turnos.

A CCJ aprovou relatório de Eunício Oliveira (PMDB-CE) favorável ao texto que veio Câmara e contrário a 59 emendas dos senadores. A comissão rejeitou também dois votos em separado, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Roberto Requião (PMDB-PR).

Foi rejeitada ainda uma emenda destacada, de Gleisi Hoffmann (PT-PR), que previa um referendo sobre a PEC. Segundo ela, trata-se de uma mudança sem precedente na Constituição, que deveria ser submetida a consulta popular.

Eunício disse que a crise econômica não pode esperar fazer um plebiscito antes de implantar as medidas. Além disso, afirmou, a Câmara, como representante do povo, já aprovou a proposta, que agora o Senado analisa como representante dos estados.

A regra

O limite de gastos para 2017 será o valor da despesa primária paga em 2016 (sem os juros da dívida), incluindo os restos a pagar, corrigida em 7,2%. Para os 19 exercícios financeiros seguintes, será o limite

do ano anterior corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período de 12 meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

A PEC fixa limites individualizados de gastos para os três Poderes, o Ministério Público, o Conselho Nacional do Ministério Público e a Defensoria Pública. A soma das despesas primárias autorizadas no Orçamento não poderá exceder os limites. A proposta também veda a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o total autorizado de despesa primária.

A PEC veda ao Poder ou órgão que descumprir o limite de despesas a concessão de vantagem, aumento ou reajuste salarial para servidores públicos. Também ficará proibida a criação de cargo, emprego ou função, a abertura de concurso público e a admissão de pessoal.

Se o Poder que desrespeitar o limite for o Executivo, serão aplicadas duas vedações adicionais: concessão ou ampliação de incentivos tributários e criação ou expansão de linhas de financiamento que impliquem ampliação de despesas com subsídios e subvenções. As vedações serão aplicadas também a projetos de lei.

A PEC exclui do limite algumas categorias de despesas. É o caso das transferências a



Senadores votam relatório de Eunício (D, à mesa), em sessão presidida por Maranhão (2º à dir.), ao lado de Vicentinho e Braga

estados e municípios como repartição de receitas. Também se excluem créditos extraordinários para lidar com situações atípicas, como calamidades públicas; capitalização de empresas estatais não dependentes e financiamento de processos eleitorais.

Ficam ainda fora do teto as verbas para o Fundeb. Segundo Eunício, em relação às demais verbas para educação, para 2017, o piso de gastos corresponderá ao atualmente praticado, ou seja, 18% da receita de impostos, líquida de transferências. A partir de 2018, o piso passará a ser corrigido pela inflação, como as demais despesas.

O relator explica que as atuais regras asseguram a elevação dos gastos mínimos com saúde de 13,7% da receita corrente líquida para 15% em 2017. Já de 2018 em diante, segundo Eunício, o piso de gastos com saúde corresponderá ao piso do ano anterior, corrigido pelo IPCA.

Principais pontos da PEC

Teto de gastos



- Para o exercício de 2017: despesa primária (sem o gasto com juros) paga no exercício de 2016, incluindo os restos a pagar, corrigida em 7,2%
- Nos 19 anos posteriores, o teto será o do exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do IPCA para o período de 12 meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Exemplo: em 2018, a inflação utilizada será a verificada entre julho de 2016 e junho de 2017

A PEC flexibiliza os limites por meio de compensação de gastos entre Poderes ou entre órgãos autônomos de um mesmo Poder

O que fica fora do teto



- Transferência relativa à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros minerais
- Repartição de receitas tributárias entre estados, municípios e Distrito Federal
- Cotas estaduais e municipais da contribuição social do salário-educação
- Fundo Constitucional do DF
- Complementações do Fundeb
- Repartição do IOF-Ouro
- Transferência de impostos estaduais e municipais arrecadados pelo Simples Nacional
- Créditos extraordinários decorrentes de despesas imprevisíveis e urgentes, como de guerras, comoção interna ou calamidade pública
- Despesas com realização de eleições pela Justiça Eleitoral
- Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes

Alterações no teto



- A partir do 10º exercício de vigência do novo regime fiscal, o presidente da República poderá apresentar projeto de lei complementar para alteração do método de correção dos limites. Será admitida apenas uma alteração do método de correção dos limites por mandato presidencial

Requião e Randolfe apresentam voto em separado

O senador Roberto Requião apresentou ontem voto em separado coletivo contrário à PEC do Teto de Gastos. Na avaliação dele, a proposta é contrária à Constituição e acarreta “graves prejuízos para o país e a população brasileira”.

Ele denunciou a violação de cinco princípios constitucionais: do voto direto, secreto, universal e periódico; da vedação ao retrocesso social; da separação dos Poderes; da razoabilidade; e da individualização da pena.

Randolfe Rodrigues também apresentou voto em separado, contrário

à PEC, e sugeriu sua substituição por proposta que preveja maior taxação da renda e do patrimônio dos segmentos mais ricos.

Enquanto a PEC era analisada pelos senadores, um grupo de estudantes entrou em confronto com a Polícia Militar, depois que foi barrado na portaria do Senado. Fátima Bezerra (PT-RN), que estava presidindo reunião da Comissão de Educação (CE) sobre a reforma do ensino médio, conseguiu liberar a entrada de 40 estudantes para acompanhar os debates na CE.

Embate político marca aprovação da proposta

A reunião na CCJ foi marcada ontem por embates entre senadores contrários e favoráveis à PEC 55/2016. Vanessa Grazziotin acusou o governo de promover o fim da política de bem-estar social com a concepção de Estado mínimo. Lúcia Vânia (PSB-GO) rejeitou a acusação de que se trata da “PEC da maldade”, dizendo ser mais apropriado chamá-la de “PEC da moralização dos gastos públicos”.

A bancada do PT concentrou as críticas sobre a possível redução das despesas com educação, saúde e assistência

social e necessidade de medidas para ampliar a base de arrecadação. Nessa linha falaram Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE) e Lindbergh Farias (PT-RJ), além de senadores do PSB, como Lídice da Mata (BA) e João Capiberibe (AP).

Os argumentos em defesa da PEC foram de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Magno Malta (PR-ES), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que pregou “o fim da leniência com a ganância”.

Na tribuna, senadores se dividem entre defesa e crítica da medida que limita despesa pública

- **Humberto Costa (PT-PE)** classificou o teto de gastos como prejudicial aos mais pobres e uma violação dos direitos sociais da Constituição. A PEC vai contra a vontade do povo nas urnas, disse.
- **Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)** afirmou que a limitação dos gastos vai prejudicar programas sociais. Se soubesse o real significado da PEC, o povo estaria na frente do Congresso, lutando contra, avaliou.
- **José Aníbal (PSDB-SP)** defendeu a PEC 55/2016 e garantiu que o piso de investimentos em saúde e educação vai aumentar, e não diminuir.
- **José Medeiros (PSD-MT)** apoiou a proposta,

- dizendo que, desde a gestão de Fernando Collor, os governos brasileiros gastam mais do que arrecadam.
- **Lídice da Mata (PSB-BA)** declarou na terça-feira que a PEC é “extremamente danosa” para a população brasileira e atende a agenda econômica neoliberal.
- **Ângela Portela (PT-RR)** lamentou rejeição das emendas que ela sugeriu para evitar cortes em saúde, assistência social, educação e previdência. Texto privilegiou pagamento de juros da dívida, disse.
- **Regina Sousa (PT-PI)** leu nota da CNBB que critica a PEC, alegando que os pobres e trabalhadores é que vão pagar pelo descontrole dos gastos públicos.

- **Deca (PSDB-PB)** avaliou que a proposta é necessária para tirar o Brasil da crise. A situação é grave e a busca de solução exige sacrifício de todos, declarou.
- **Cidinho Santos (PR-MT)** defendeu a PEC e disse que a medida vai obrigar a União a fazer o que estados e municípios fazem há tempos: eleger prioridades.
- **Roberto Muniz (PP-BA)** defendeu moderação no debate sobre a proposta. Para ele, é preciso conter os gastos, mas sem perder a rede de proteção social.
- **Aécio Neves (PSDB-MG)** disse que a PEC possibilita o início do equilíbrio fiscal, necessário para o resgate da confiança e a retomada dos investimentos.

Avança projeto de lei que incentiva a qualificação de trabalhadores

De acordo com proposta aprovada ontem em comissão, patrão que financiar estudos de funcionários ganhará benefício tributário

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o PLC 68/2011, que estabelece incentivos para que as empresas financiem a formação profissional de seus empregados. A proposta segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se for aprovada, vai para a Câmara.

Segundo o projeto, as empresas poderão deduzir como despesa operacional no cálculo do Imposto de Renda os custos com a formação profissional de seus funcionários em cursos de nível médio e superior.

Os gastos com a formação não podem substituir ou complementar a remuneração devida ao empregado nem podem ser base de incidência de encargos trabalhistas ou previdenciários.

As despesas com a construção ou instalação de centros de formação profissional, inclusive com a aquisição de equipamentos, também poderão ser consideradas na dedução tributária.

Para a relatora, senadora Regina Sousa (PT-PI), a proposta vai abrir uma oportunidade de combinar os interesses do empresariado e os do empregado: o primeiro em busca de pessoal qualificado e o segundo em busca de qualificação.

— Esse tema ganha relevância se visualizamos as dificuldades de oferta no mercado de trabalho de profissionais competentes para ocupar as vagas oferecidas. Há empregos que não são preenchidos por causa da inexistência de trabalhadores capacitados — afirmou.

O PLC 68/2011 tramitava em conjunto com o PLS 37/2012, do senador Benedito de Lira (PP-AL), que foi considerado prejudicado pela relatora.

Audiências

Os senadores aprovaram também requerimentos para realização de audiências públicas. A comissão vai receber convidados para debater a

gravidade da diabetes na população brasileira e as políticas para o cuidado integral na primeira infância.

Outras duas audiências aprovadas servirão para ajudar os senadores a se posicionar sobre dois projetos de lei: o PLS 218/2016, do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que institui o contrato de trabalho intermitente, permitindo a formalização de contratos com jornada flexível, conforme a necessidade do tomador de serviços; e o PLS 302/2014, do ex-senador Jayme Campos, que altera o Código de Processo Penal para tornar mais rigoroso o padrão de identificação de cadáveres em casos de morte violenta, suspeita ou acidental.

Com a aprovação dos requerimentos, o presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Edison Lobão (PMDB-MA), explicou que a tramitação dos dois projetos fica suspensa até a realização das audiências públicas.

Lúcia Vânia apoia cláusula de barreira e fim de coligações nas eleições

Lúcia Vânia (PSB-GO) apoiou a aprovação da proposta de emenda constitucional que acaba com coligações em eleições proporcionais e fixa regras para o funcionamento parlamentar dos partidos com base no desempenho eleitoral, a chamada cláusula de barreira. Para ela, isso é necessário porque hoje todos os partidos com registro no TSE têm direito a recursos do Fundo Partidário e a tempo da propaganda no rádio e na TV, bancados com dinheiro público. Esses benefícios podem explicar a existência de 35 partidos registrados e mais de 20 em formação.



Marcio Maturana/Agência Senado

Elmano estima que 600 mil empresas vão ser enquadradas no Simples

Elmano Férrer (PTB-PI) comemorou a sanção do projeto Crescer Sem Medo, que atualiza a legislação sobre pequenas e médias empresas e amplia os limites para adesão ao Simples Nacional. Ele destacou a importância dos pequenos negócios como “motores” para a geração de empregos. Estimou que 600 mil empresas possam ser beneficiadas pelas novas regras. Ressaltou que a ampliação do Simples não causará perda de receita para estados e municípios e que o impacto inicial para o governo central está previsto em R\$ 800 milhões em tributos federais



Waldemir Borretto/Agência Senado

Verba extra compensará perdas de distribuidoras de energia

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o Projeto de Lei do Congresso (PLN) 21/2016, que libera crédito suplementar de mais de R\$ 700 milhões para o Ministério de Minas e Energia destinar à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O valor compensará parte do prejuízo das distribuidoras de energia elétrica, causado pela mudança da política energética em janeiro de 2013.

Com essa verba, a agência reguladora vai abastecer a Conta de Desenvolvimento Energético. O senador Otto Alencar (PSD-BA), integrante da Comissão Mista de Orçamento, lamentou o deslocamento de recursos para pagar o prejuízo causado às distribuidoras.

— Estão fazendo uma suplementação orçamentária para essas empresas que tiveram dificuldades. Eu creio que foi um movimento administrativo e político errado que a presidente Dilma fez no passado, quando baixou a tarifa de energia, desonerou a folha das empresas e teve perda de arrecadação. Foi uma coisa muito nociva para as empresas distribuidoras de energia, como a Chesf [Companhia Hidroelétrica do São Francisco], que sofreu muito com isso e está numa situação muito ruim. Se o governo



Parlamentares participam da reunião em que se aprovou a liberação de verbas para setor energético

federal não socorrer, será um caso de insolvência — afirmou Otto.

O senador Alvaro Dias (PV-PR) manifestou-se incomodado com o uso de verba da Reserva de Contingência do Orçamento de 2016 para essa compensação. Ele lembrou que a desoneração foi feita em 2013 pela presidente Dilma Rousseff e que na época foi criticada por ter cunho eleitoral.

— No popularesco, é dar com uma mão e tirar com a outra. E cobrar

juros e correção monetária por tado. É uma perversidade, é uma incompetência. Houve ausência de planejamento, falta de conhecimento técnico da realidade. Foi uma estratégia eleitoral descabida, nociva aos interesses da população — disse.

Parte da verba da Contribuição de Desenvolvimento Energético havia sido cortada na elaboração do Orçamento de 2016. Com a aprovação do PLN 21/2016, o montante chegará ao valor de R\$ 802 milhões.

Ivo Cassol condena juros de 480% ao ano cobrados por cartão de crédito

Ivo Cassol (PP-RO) informou a apresentação de projeto que limita os juros do cartão de crédito, hoje em torno de 480% ao ano. Patamar que classificou como um “escândalo”.

Pela proposta, o custo efetivo total do empréstimo concedido na modalidade de cartão de crédito não poderá exceder em duas vezes a taxa dos certificados de depósito interbancário, o CDI.

— Porque um juro de 480% ao ano eu considero um roubo, um roubo legalizado, um roubo autorizado pelo Congresso Nacional.



Waldemir Borretto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Paulo Paim (D), presidente da comissão, ao lado de Hélio José: projetos aprovados seguem tramitando no Senado

SUS poderá ampliar apoio a vítima de violência sexual

Segue para Plenário proposta aprovada pela Comissão de Direitos Humanos que assegura atendimento especializado no Sistema Único de Saúde a vítimas de violência doméstica e sexual

PROJETO QUE GARANTE atendimento especializado, no Sistema Único de Saúde (SUS), para vítimas de violência doméstica e sexual foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O PLS 295/2013 segue para votação em Plenário.

A CDH acolheu mudança feita pela Câmara dos Deputados ao projeto, que já havia sido aprovado pelo Senado em 2013. O texto original inclui na Lei 8.080/1990 a previsão de atendimento especial a mulheres que sofreram violência doméstica, mas a emenda aprovada pelos de-

putados estende a proteção a todas as vítimas de violência sexual, modificando a Lei 12.845/2013, que trata do atendimento a pessoas nessa situação.

Entre os atendimentos que devem ser assegurados, conforme a proposta, estão tratamento médico, atendimento psicológico e, quando for necessário, cirurgias plásticas reparadoras. A necessidade de garantir esse tipo de atendimento especializado dentro do SUS foi constatada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher, que

apresentou o projeto ao final dos seus trabalhos, em 2013.

Além de ampliar a abrangência da proposta, a Câmara também aprovou mudança de redação, substituindo a expressão “organização de serviços públicos” por “organização de atendimento público”. As senadoras Marta Suplicy (PMDB-SP), relatora na CDH, e Regina Sousa (PT-PI), relatora ad hoc, que leu o parecer na ausência de Marta, consideram que a proposta ajudará a melhorar os serviços prestados pelo Estado às vítimas e recomendam a aprovação definitiva do projeto.

Parceria público-privada na construção e gestão de presídios passa em comissão

A construção e a administração de presídios poderão ser viabilizadas por meio de parcerias público-privadas (PPPs), conforme regras aprovadas ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O texto determina que segu-

rança nos presídios, custódia, escoltas, vigilância, recaptura de presos, vistorias, controle de rebeliões e assistência social, jurídica e à saúde dos presos sejam funções exclusivas de servidores de carreira. A votação foi acompanhada por

agentes penitenciários, que aplaudiram a aprovação.

Paulo Paim (PT-SP), autor do substitutivo ao PLS 513/2011, de Vicentinho Alves (PR-TO), disse que seu texto resultou de amplo entendimento. O texto cria lei específica para

disciplinar a contratação de PPPs pela União, pelos estados e municípios, tanto para novos estabelecimentos penais como para serviços já existentes.

O texto veda parcerias com pessoas condenadas por crime contra a administração

pública ou por improbidade administrativa e com empresas estrangeiras. O projeto vai à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Revista Em Discussão! sobre presídios: <http://bit.ly/emdiscussao29>

Criação de Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes segue no Senado

Proposta que cria o Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes, para ampliar as garantias jurídicas dessas pessoas, foi aprovada ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto segue para decisão final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O autor do projeto (PLS 65/2016), Ricardo Ferraço (PSDB-ES), argumenta que a iniciativa é apresentada num contexto de ampliação dos direitos sociais e tem o propósito de evitar a letargia do Estado em relação aos direitos das vítimas de crimes. O senador destaca que o campo de proteção a essas pessoas não vem recebendo reconhecimento e valorização suficientes, o que, segundo ele, provoca a desassistência de famílias jus-

tamente no momento em que mais necessitam de amparo.

A proposta, ressaltou Ferraço, resultou de um grupo de trabalho formado por promotores, procuradores e juizes de direito, preocupados em suprir essa lacuna na legislação.

Para a relatora do projeto na CDH, Ana Amélia (PPRS), o texto é coerente com a Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1985. A senadora destaca que o projeto não substitui nem anula as proteções vigentes. Ao contrário, diz ela: ele amplia, detalha e explicita as garantias necessárias à reparação dos danos sofridos pelas vítimas da violência.

Profissão de telemarketing pode ganhar regras

Será apresentado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) projeto que regulamenta a profissão de operador de telemarketing e teleatendimento, definindo piso salarial e regras para jornada de trabalho.

O texto (SUG 7/2015) foi sugerido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de Campinas e Região (Sintratel) e ontem recebeu parecer de Paulo Paim (PT-RS) favorável à apresentação como proposição da CDH, para tramitação no Senado.

Se aprovadas, as regras valerão para todo empregador que mantenha serviço de telemarketing ou teleatendimento, em centrais de atendimento telefônico ou centrais de relacionamento com clientes (call centers), para prestação

Aprovado projeto que isenta de IR pensão por morte recebida por filhos

A pensão por morte paga a filhos ou a dependentes equiparados a filhos poderá ficar isenta do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). A iniciativa está prevista no PLS 383/2013, aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A autora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), argumenta que o IRPF retira parte significativa dos rendimentos de crianças e adolescentes pensionistas. A tributação, afirma ela, priva os jovens de recursos para custear despesas com formação educacio-

nal e profissional.

Ela lembra que os menores só contam com essa renda até completarem 21 anos, sendo necessário, portanto, otimizar os recursos. No texto, a autora limita a isenção ao valor máximo do benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

O relator ad hoc (que substitui o relator em Plenário), Hélio José (PMDB-DF), acompanhou o parecer de Humberto Costa (PT-PE), favorável ao projeto. Eles destacaram a relevância social da proposta, por apoiar a formação de crianças e adolescentes que enfrentam perdas.

Avança proposta que aumenta isenção de imposto para pessoa com deficiência

Foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) projeto que possibilita deduzir do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) despesas com cuidados pessoais, acessibilidade, autonomia e inclusão de pessoas com deficiência. O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor do PLS 275/2016, Romário (PSB-RJ), quer ampliar a lista de despesas com saúde passíveis de dedução no IR. Ao lado de deduções já autorizadas, como os pa-

gamentos feitos a médicos e dentistas, o senador quer incluir despesas com acompanhamento profissional necessário ao desenvolvimento da autonomia desses cidadãos.

Romário também quer que passem a ser considerados dependentes, para fins de dedução no Imposto de Renda, filhos ou enteados de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho ou que tenha deficiência intelectual ou deficiência grave.

Legalização de bingos e cassinos vai ao Plenário

Jogo do bicho também está no leque de jogos de azar permitidos, de acordo com projeto aprovado ontem em comissão. Proposta define regras para a exploração da atividade

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional aprovou ontem o projeto que amplia o leque dos jogos de azar legalizados no país (PLS 186/2014). A proposta, que segue agora para o Plenário, integra a Agenda Brasil — pauta de projetos apresentada pelo Senado com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

Do senador **Ciro Nogueira** (PP-PI), o projeto define os tipos de jogos a serem explorados, os critérios para autorização, as exigências para os sócios e as regras para distribuição de prêmios e arrecadação de tributos. Cassinos, bingo, jogo do bicho e apostas eletrônicas poderão ser legalizados. O substitutivo, a cargo do senador **Fernando Bezerra Coelho** (PSB-PE), também trata das loterias federal e estaduais e do *sweepstake*, um tipo de loteria relacionada a corridas de cavalos.

De acordo com o relator, o Brasil é um dos poucos países entre as maiores economias do mundo que ainda não tem mecanismos legais de regulação dos jogos de azar. Como efeito negativo dessa visão arcaica, argumenta Bezerra, o Brasil sofre com a perda de atratividade para grandes



Com Otto, presidente da comissão, e **Ciro**, autor, Bezerra (D) defende substitutivo

investidores estrangeiros do setor de turismo. Com base nas informações da World Lottery Association, o relator informou que somente no mercado de loterias os jogos movimentaram US\$ 400 bilhões em todo o mundo no ano de 2014, dos quais o Brasil teve participação de apenas 1%, com as loterias administradas pela Caixa.

Geração de tributos

Para Bezerra, a legalização dos jogos no Brasil pode ser um importante vetor na geração de tributos, emprego e renda. Uma projeção conservadora, segundo o relator, estima a arrecadação de R\$ 29 bilhões em tributos para o governo, nos próximos três anos. O relator ressaltou que buscou

atender as sugestões de colegas senadores e de representantes de vários órgãos do governo.

— Creio que conseguimos atender as sugestões que procuravam equilibrar a legalização e o cuidado com os crimes de lavagem — afirmou.

Pelo texto, a delegação para exploração dos jogos de azar compete exclusivamente à União. Caberá à Caixa, na qualidade de agente operador, a administração das contas das empresas, bem como o apoio a ações de fiscalização dos jogos. O processo para a concessão da exploração da atividade será sempre precedido de licitação. A concessão terá a duração de até 25 anos, dependendo da modalidade, podendo ser renovada uma única vez.

Veja alguns pontos da proposta

- Incentivo à economia**
 Para o autor da lei, **Ciro Nogueira**, e para o relator, **Fernando Bezerra Coelho**, o projeto pode ajudar a movimentar a economia do Brasil, além de incentivar o turismo e gerar empregos. Sobre o prêmio das loterias, incidirá IR de 30%. Uma taxa de fiscalização dos jogos de azar será cobrada dos estabelecimentos.
- Cassinos**
 Os cassinos funcionarão em complexos turísticos construídos especificamente para esse fim e poderão funcionar juntamente com hotéis, restaurantes, centro de convenções e apresentações artísticas. Dois quintos dos cassinos devem ser explorados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, prevê o substitutivo.
- Bingos**
 Casas de bingo poderão ser abertas em municípios com mais de 200 mil habitantes. Poderá haver uma outorga para cada 200 mil habitantes, ou seja, cidades com 1 milhão de habitantes poderão ter até 5 casas de bingo. Bingos filantrópicos ou beneficentes, de caráter eventual, não estarão submetidos à nova legislação.
- Identificação**
 De acordo com o substitutivo, os estabelecimentos que explorarem jogos de azar serão obrigados a identificar o apostador, que deverá apresentar documento. Fica vedada qualquer operação com pessoa não identificada. A entrada de menores de 18 anos nos estabelecimentos será proibida.
- Registros**
 As empresas que explorarem jogos de azar serão obrigadas a manter em arquivo os registros de controle de apostas e de câmeras de segurança por cinco anos. O objetivo é garantir o acesso de autoridades fiscalizadoras, já que esse material poderá contribuir com possíveis investigações.
- Políticos**
 Detentores de mandato eletivo ficam proibidos de explorar jogos de azar. Também não poderão ser sócios e administradores cidadãos que tenham sido condenados por crimes como aqueles contra a ordem tributária, o sistema financeiro e o meio ambiente, ou por lavagem de dinheiro e trabalho escravo, entre outros.
- Penas**
 O substitutivo estabelece penas e multas para irregularidades e crimes na exploração dos jogos de azar. Promover jogos sem licença poderá render até 5 anos de prisão. Fraudar resultado de jogo ou pagar seu prêmio em desacordo com a lei poderá render multa e até oito anos de cadeia.
- Tributos**
 Os recursos dos tributos arrecadados serão destinados à seguridade social (91%), ao Fundo Penitenciário Nacional (3%) e ao Departamento de Polícia Federal (2%). Também serão destinados recursos para o Fundo Nacional de Cultura (2%) e para as ações de apoio ao esporte olímpico e paraolímpico (2%).

Projeto que moderniza Lei de Licitações e Contratos é aprovado em comissão especial

AGENDA BRASIL

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN) aprovou ontem projeto que moderniza a Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993). O PLS 559/2013, que faz parte da Agenda Brasil, segue agora para o Plenário.

O projeto é uma iniciativa da comissão temporária que trabalhou na modernização da Lei de Licitações e teve **Fernando Bezerra Coelho** (PSB-PE) como relator.

O senador disse que foram feitos “vários retoques” no projeto, depois que muitas emendas e sugestões foram apresentadas. Ele destacou as

contribuições de órgãos como Ministério do Planejamento, Casa Civil e Tribunal de Contas da União. Segundo Bezerra, seu texto contempla medidas importantes para uma legislação mais ágil e segura.

— Procuramos construir um consenso, pois a matéria é complexa — disse, lembrando que os pontos divergentes se-

rão tratados no Plenário.

O projeto é defendido por senadores como um novo marco legal para licitações. Entre as inovações, destacam-se a inversão de fases (julgamento das propostas antes da habilitação) e a contratação do seguro, que poderá garantir a conclusão de uma obra pública, em caso de dificuldade enfrentada pela

empresa responsável. O texto extingue o projeto básico e o projeto executivo, inserindo a figura do projeto completo. Trata também de pontos como a responsabilização solidária da empresa ou prestador de serviço pelo dano causado ao erário na contratação direta indevida, por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Paim alerta contra pontos da reforma da Previdência

Paulo Paim (PT-RS) subiu à tribuna duas vezes ontem e criticou a proposta de reforma da Previdência que o governo enviará ao Congresso.

O senador citou reportagem segundo a qual, além de elevar a idade mínima da aposentadoria para 65 anos, a contribuição iria de 11% para 14% e o teto seria reduzido.

Paim aproveitou ainda para elogiar estudantes que ocupam escolas contra a PEC que fixa um teto para gastos públicos e a MP que reforma o ensino médio.

Wellington elogia ação de retomada de obras paradas

Wellington Fagundes (PR-MT) elogiou programa do governo federal para retomar mais de 1,6 mil obras públicas paralisadas.

O senador salientou o prejuízo que causam ao povo as mais de 20 mil obras inacabadas no país e disse que os políticos brasileiros resistem em dar continuidade a empreendimentos de administrações anteriores. Ele alertou os novos prefeitos para a responsabilidade de completar as obras antigas.

Valadares anuncia Força Nacional em Sergipe

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou que Aracaju será incluída no Programa Nacional de Segurança Pública em 2017, por estar entre as capitais mais violentas do país.

A força-tarefa da Segurança Nacional trabalhará com as forças militares e a Defesa Civil, segundo o ministro da Justiça, atendendo a pedidos de Valadares, **Eduardo Amorim** (PSC-SE) e **Virgínio de Carvalho** (PSC-SE).

Audiência debaterá derrubada de casas, informa Hélio José

Em 5 de dezembro, a Comissão de Direitos Humanos vai discutir, em audiência pública, a regularização fundiária no Distrito Federal e a derrubada de casas em condomínios, informou **Hélio José** (PMDB-DF) em Plenário. Segundo o senador, as medidas têm sido tomadas pelo governo do DF sem aviso prévio aos atingidos: — Isso é inadmissível. Está lá, no direito constitucional, o direito sagrado à moradia.

Rose resalta importância do Novembro Azul

Sobre a campanha Novembro Azul, de prevenção ao câncer de próstata, **Rose de Freitas** (PMDB-ES) disse que um dos maiores problemas é a descoberta tardia da doença, geralmente pela resistência em fazer um exame simples. Informou que 75% dos casos diagnosticados no mundo são de homens com mais de 65 anos e que em São Paulo estudo mostrou que 60% só se tratam já em estágio avançado.